

Sarney aceita prorrogar trabalhos do Congresso

por Leticia Borges
de Brasília

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), disse ontem que já foi comunicado da intenção dos líderes governistas de obstruir a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias como forma de prorrogar os trabalhos do Congresso até o próximo dia 3. Com isso, seria possível votar, em primeiro turno, quatro das cinco emendas constitucionais que alteram a Ordem Econômica. "Os líderes têm esse direito", admitiu Sarney, que sempre foi contrário à convocação do Congresso no recesso de julho.

Por um dispositivo constitucional, o Congresso só pode encerrar o semestre depois de votar a LDO. A idéia é fazer com que a Câmara vote primeiro e o Senado, somente na segunda-feira. Segundo Sarney, não há nenhum impedimento regimental para a votação ser feita dessa forma. Não há também, segundo ele, necessidade de elaboração de uma pauta específica, já que os trabalhos não são interrompidos, apenas prorrogados.

O líder do governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES), quer, porém, ter certeza de que será possível votar o primeiro turno de emenda que flexibiliza o monopólio das telecomunicações na se-

gunda-feira. Ele vai procurar um a um todos os senadores: "Não quero correr riscos, soube que há colegas com viagem marcada para os dias 1º e 2; se houver dúvida não votamos".

Segundo Elcio Álvares, não há hipótese de se votar o segundo turno de qualquer emenda nem de se avançar além do dia 3. Se o recesso fosse interrompido até o dia 13, como defende o líder do PSDB, Sérgio Machado (CE), com o apoio de toda a sua bancada, seria possível votar quatro emendas em segundo turno, deixando para agosto apenas a do petróleo. No PSDB e mesmo no PFL há quem avalie que as dificuldades do governo serão maiores no segundo semestre, depois da visita dos parlamentares às suas

bases. Elcio Álvares não pensa assim. "Não haverá problema, o clima será o mesmo, vamos dar um pique na primeira semana de agosto e, até o fim do mês, teremos tudo aprovado."

Sérgio Machado lembra outro argumento a favor de uma prorrogação maior dos trabalhos: nas votações de segundo turno, só se pode alterar a redação, e não o mérito. Dessa forma, o governo correria menos riscos de ver as emendas alteradas, o que obrigaria seu retorno à Câmara. A essa altura, porém, isso só seria possível se o presidente Fernando Henrique convocasse o Congresso extraordinariamente, arcando, inclusive, com o desgaste que os custos de uma convocação trariam.